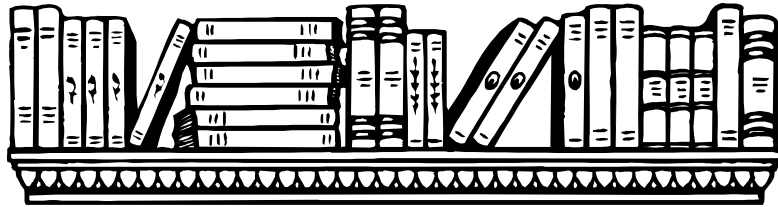


CURSO DE INTRODUÇÃO AO ESPIRITISMO - PARTE 6



Justiça e Responsabilidade

O livre arbítrio : Fatalidade e Responsabilidade

A Justiça e a lei de causalidade

Provas e suicídio



CENTRE SPIRITE LYONNAIS ALLAN KARDEC
23 RUE JEANNE COLLAY
69500 BRON
04-78-41-19-03
<http://spirite.free.fr>

« Se Deus é soberanamente justo e bom, ele não pode agir por capricho nem com parcialidade. As vicissitudes da vida têm então uma causa, e desde que Deus é justo, essa causa deve ser justa».

Allan Kardec.

O livre arbítrio : Fatalidade e Responsabilidade

A noção de livre arbítrio está desassociada da de responsabilidade. Se o homem não fosse livre para atuar, seria apenas uma máquina cega ; os criminosos e os viciados não seriam então responsáveis por seus atos, que poderiam atribuir aos seus « genes ». Essa crença de que todos os nossos pensamentos e todos os nossos atos são inteiramente determinados pelas leis da matéria, e que a impressão que temos de ser livres é ilusória, é chamada de determinismo. É a negação de toda responsabilidade e de toda moralidade.

A questão do livre arbítrio é esclarecida pela doutrina dos renascimentos sucessivos e evolução do ser : nas camadas inferiores da criação, o ser ainda se ignora ; apenas o instinto e a necessidade o conduzem, e é apenas nos tipos mais evoluídos que aparecem, como uma alva veste pálida, os primeiros rudimentos de faculdades. Na humanidade, a alma está enriquecida pela liberdade moral. Seu julgamento, sua consciência se desenvolve mais e mais, à medida que percorre sua imensa carreira. Colocada entre o bem e o mal, compara e escolhe livremente. Esclarecida por suas decepções e seus males, é no seio das provas que sua experiência se forma, que sua força moral se tempera.

A questão do livre arbítrio pode se resumir assim : O homem não é, de forma alguma, conduzido fatalmente ao mal ; os atos que perfaz não estão escritos antecipadamente; os crimes que comete não são, de nenhuma maneira, o cometimento de um sentença do destino. Ele pode, como prova e como expiação, escolher uma existência onde terá as tentações do crime, seja pelo meio onde se encontra colocado, seja pelas circunstâncias que sobrevêm, mas ele é sempre livre de agir ou de não agir. Assim o livre arbítrio existe, no estado espiritual, na escolha da existência e das provas, e, no estado corporal, na faculdade de ceder ou de resistir aos arrastamentos aos quais voluntariamente nos submetemos.

O Espírito desembaraçado da matéria e no estado errante, faz escolha de suas existências corporais futuras segundo o grau de perfeição ao qual chegou, e é nisso, como dissemos, que consiste sobretudo seu livre arbítrio. Essa liberdade não é de nenhuma forma anulada pela encarnação; se cede à influência da matéria, é porque sucumbe ante as provas que ele mesmo escolheu, e é para ajudar a superá-las que pode invocar a assistência de Deus e dos bons Espíritos.

Sem o livre arbítrio o homem não tem nem culpa no mal, nem mérito no bem; e isso é a tal ponto reconhecido que, no mundo, a reprovação ou o elogio são sempre proporcionais à intenção, isto é à vontade; ora, quem diz vontade diz liberdade. O homem não poderia então procurar uma desculpa de suas faltas na sua organização, sem abdicar de sua razão e de sua condição de ser humano, e assim se assemelhar aos brutos. Se ele assim agisse para o mal, agiria do mesmo modo para o bem; mas quando o homem faz o bem, tem um grande sentimento de estar fazendo algo meritório, e não se preocupa de gratificar seus órgãos, o que prova que, malgrado a opinião de alguns sistemáticos, ele não renuncia, instintivamente, ao mais belo privilégio de sua espécie: a liberdade de pensar.

A fatalidade, tal como se entende vulgarmente, supõe a decisão prévia e irrevogável de todos os eventos da vida, qualquer que seja sua importância. Se tal fosse a ordem das coisas, o homem seria uma máquina sem vontade. Para que lhe serviria sua inteligência, uma vez que em todos os seus atos seria dominado pelo poder do destino? Uma tal doutrina, se fosse verdadeira, seria a destruição de toda liberdade moral; não haveria mais para o homem a responsabilidade, e por conseqüência nem o bem, nem o mal, nem crimes, nem virtudes. Deus, soberanamente justo, não poderia punir sua criatura pelas faltas que não dependeria dele não cometer, nem o recompensar pelas virtudes das quais não teria o mérito. Uma semelhante lei seria a negação da lei do progresso, porque o homem que esperasse tudo da sorte nada faria para melhorar sua posição, uma vez que, em o fazendo, nada ganharia.

A fatalidade portanto não é uma palavra vã ; ela existe na posição que o homem ocupa sobre a terra e nas funções que cumpre, e, por conseguinte, no gênero de existência que seu Espírito de fato escolheu como prova, expiação ou missão ; ele sofre fatalmente todas as vicissitudes desta existência, e todas as tendências boas ou más que lhe são inerentes ; mas aí termina a fatalidade, porque depende de sua vontade ceder ou não a essas tendências. Os detalhes dos eventos estão subordinados às circunstâncias que ele mesmo provoca por seus atos, e sobre os quais os Espíritos podem influenciar pelos pensamentos que lhe sugerem.

A fatalidade está então nos eventos que se apresentam, já que são conseqüência da escolha de existência feita pelo Espírito ; ela pode não estar no resultado desses eventos, uma vez que pode depender do homem lhes modificar o curso por sua prudência ; ela jamais está nos atos da vida moral.

É na morte que o homem está submetido de maneira absoluta à lei inexorável da fatalidade ; porque ele não pode escapar à sentença que fixa o termo de sua existência, nem ao gênero de morte que deve interromper seu curso.

Segundo a doutrina materialista, o homem carrega todos os seus instintos em si mesmo ; eles provêm seja de sua organização física pela qual não seria responsável, seja de sua própria natureza na qual pode buscar uma desculpa a seus próprios olhos, dizendo que que isso não seria sua falta já que nasceu assim. A Doutrina Espírita é evidentemente mais moral : ela admite o livre arbítrio do homem em toda a sua plenitude ; lhe diz que ao agir mal, seja por sua própria vontade, seja por ter cedido à uma sugestão estranha má, lhe deixa toda a responsabilidade, uma vez que lhe reconhece o poder de resistir ; o que evidentemente é mais fácil do que se tivesse de lutar contra sua própria natureza. Assim, segundo a Doutrina Espírita, ele não tem um arrebatamento irresistível : o homem sempre pode fechar os ouvidos à voz oculta que lhe sugere o mal em seu fôro íntimo, como os pode fechar à voz material dos que lhe falam ; ele assim o faz por sua vontade, pedindo a Deus a força necessária, e, com o mesmo intuito, reclamando a assistência dos bons Espíritos. É o que Jesus nos ensina na sua sublime prece da Oração Dominical, quando nos faz dizer : « Não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal. »

Esta teoria da causa excitante de nossos atos ressalta evidentemente de todo o ensinamento dado pelos Espíritos ; não somente ela é sublime de moralidade, mas acrescentaremos que ela se revela aos nossos próprios olhos ; ela o mostra livre de sacudir um jogo obsessivo, como é livre de fechar sua casa aos inoportunos ; ele não é mais uma máquina agindo por uma impulsão independente de sua vontade, é um ser de razão, que escuta, que julga e que escolhe livremente entre dois conselhos. Acrescentemos que, devido a isso, o homem não está absolutamente privado de sua iniciativa ; não deixa de atuar por sua própria motivação, porque definitivamente não é senão um Espírito encarnado que

conserva, sob o envólucro corporal, as qualidades e os defeitos que teria como Espírito. As faltas que cometemos têm então sua fonte primária na imperfeição de nosso próprio Espírito, que ainda não atingiu a superioridade moral que terá um dia, mas que tem completo o seu livre arbítrio ; a vida corporal lhe é dada para purgar-se de suas imperfeições pelas provas que sofre, e são precisamente suas imperfeições que o fazem mais falível e mais acessível às sugestões dos outros Espíritos imperfeitos, que se empenham em procurar fazê-lo sucumbir na luta a que se comprometeu. Se vier a vencer dessa luta, se eleva ; se malogra, permanece naquilo que era, nem pior, nem melhor : é uma prova a recomençar, e isso pode durar assim por muito tempo. Quanto mais se depura, mais seu lado fraco diminui, e menos se entrega àqueles que o solicitam ao mal ; sua força moral cresce em razão de sua elevação, e os maus Espíritos dele se afastam.

Os filósofos têm contraposto freqüentemente o livre arbítrio à presciência Divina pretendendo que se Deus tem o conhecimento do porvir, então nossos atos não são livres, uma vez que não podemos ir de encontro ao plano Divino. Diante do conhecimento antecipado que Deus tem por todas as coisas, podemos verdadeiramente afirmar a liberdade humana ? Questão complexa e árdua na aparência, e cuja solução está entretanto entre as mais simples. Mas o homem não gosta das coisas simples. Prefere obscurecer, complicar e não aceitar a verdade senão após ter esgotado todas as formas do erro.

Deus, cuja natureza infinita abarca todas as coisas, conhece a natureza de cada homem, os impulsos e as tendências às quais ele poderá se render. Nós mesmos, conhecendo o caráter de uma pessoa, podemos facilmente prever em que sentido, em uma dada circunstância, ela se decidirá, seja por interesse, seja por dever. Uma resolução não pode nascer do nada. Ela está forçosamente ligada a uma série de causas e efeitos anteriores dos quais deriva e que a explicam. Deus, conhecendo cada alma em seus mínimos meandros, pode então rigorosamente, com certeza, deduzir do conhecimento que tem dessa alma, e das condições onde é chamada a agir, as determinações que, livremente, ela tomará.

Observemos que a previsão de nossos atos não os faz surgir. Mesmo podendo Deus prever nossas resoluções, nem por isso elas têm seu curso menos livre.

É assim que a liberdade humana e a providência divina se reconciliam e se combinam, quando se considera o problema na luz da razão.

Vale anotar : _

- **Sem livre arbítrio, o homem não teria a responsabilidade dos seus atos.**
- **A fatalidade nunca existe nos atos da vida moral.**

Para saber mais :

- O Livro dos Espíritos Allan Kardec (3ª parte, cap. X, Livre arbítrio)*
- O Livro dos Espíritos Allan Kardec (3ª parte, cap. X, Fatalidade)*
- O Livro dos Espíritos Allan Kardec (3ª parte, cap. X, Resumo teórico do móvel...)*
- Após a morte Léon Denis (cap. XL, Livre arbítrio e Providência)*
- O Problema do Ser e do Destino Léon Denis (cap. XXII, Livre arbítrio)*
- Revista Espírita 2000 - n° 43, p. 19 (Livre arbítrio)*
- Revista Espírita 1863, p.318 (Livre arbítrio e presciência divina)*
- Revista Espírita 1867, p.253 (Responsabilidade moral)*
- Revista Espírita 1870, p.109 (O livre arbítrio)*

A Justiça e a lei de causalidade

Tudo se encadeia e se liga no Universo, tanto moral como fisicamente, nos dizem os Espíritos. Na ordem dos fatos, do mais simples ao mais complexo, tudo está regido por uma lei ; cada efeito se relaciona a uma causa, e cada causa gera um efeito idêntico a ela mesma. Daí, no domínio moral, o princípio da justiça, a sanção do bem e do mal, a lei distributiva que dá a cada um segundo suas obras. Assim como as nuvens formadas pela evaporação fatalmente retornam sobre o solo como chuva, da mesma forma as conseqüências dos atos cometidos retornam sobre seus autores. Cada um desses atos, cada uma das volições de nosso pensamento, conforme a força de impulsão que lhes é imprimida, acabam, em sua evolução, por retornar com seus efeitos, bons ou maus, de volta à fonte que os produziu. Assim as penas e as recompensas se repartem pelos indivíduos no jogo natural das coisas. O mal como o bem, tudo retorna a seu ponto de partida. É dos fatos que se produzem os efeitos no curso mesmo da vida terrestre. Assim também é em outros mais graves, cujas conseqüências se fazem sentir somente na vida espiritual e por vezes mesmo nas encarnações posteriores.

A pena de talião nada tem de absoluta. Ela é tão verdadeira quanto o fato de que as paixões e os defeitos do homem conduzem a resultados sempre idênticos, dos quais ele não consegue se subtrair. O orgulhoso prepara para si um porvir de humilhação ; o egoísta cria em torno dele o vazio e a indiferença, e duras privações esperam os sensuais. Aí está a punição inevitável, o remédio eficaz que cura o mal em sua causa, sem que nenhum ser tenha de se constituir o carrasco de seus semelhantes.

O arrependimento, um ardente apelo à misericórdia divina, colocando-nos em comunicação com as potências superiores, pode nos proporcionar a força necessária para percorrer a via dolorosa, o caminho de provas que nosso passado nos traça ; mas, fora da expiação, nada poderia apagar nossas faltas. O sofrimento, este grande educador, só pode nos reabilitar.

A lei de justiça nada mais é então do que o funcionamento da ordem moral universal, e as penas, os castigos, representam a reação da natureza ultrajada e violentada em seus princípios eternos. As forças do universo são solidárias, repercutem e vibram em uníssono. Toda potência moral reage sobre aquele que as violam, proporcionalmente ao seu modo de ação. Deus não castiga a ninguém. Ele deixa ao tempo o cuidado de fazer os efeitos decorrerem de suas causas. O homem é então seu próprio justiceiro, porque, conforme o uso e abuso que faz de sua liberdade, se torna feliz ou infeliz. O resultado de seus atos se faz por vezes esperar. Vemos neste mundo os culpados amordaçarem suas consciências, rirem-se das leis, viverem e morrerem honrados. Ao contrário, vemos pessoas honestas serem perseguidas pela adversidade e pela calúnia ! Daí, a necessidade das vidas futuras, no curso das quais o princípio de justiça encontra sua aplicação, e o estado moral do ser, seu equilíbrio. Sem esse complemento necessário, a existência atual não teria sentido, e quase todos nossos atos seriam desprovidos de sanção.

Em realidade, a ignorância é o mal soberano, de onde decorrem todos os outros males. Se o homem visse distintamente a conseqüência de seus atos, sua conduta seria diferente. Conhecendo a lei moral e sua aplicação inelutável, não procuraria mais violá-la tanto quanto não resiste às leis do peso e da gravitação.

O homem deve enfim aprender a medir o alcance de seus atos, entender suas responsabilidades, sacudir essa indiferença que cava o abismo das misérias sociais e envenena moralmente esta terra onde lhe será necessário talvez renascer muitas vezes ainda. É preciso que um novo sopro passe sobre as pessoas e ilumine nelas estas convicções de onde saem as vontades firmes, inquebrantáveis. Importa enfim que todos adotem isto : o reino do mal não é eterno, a justiça não é uma palavra vã ; somente ela governa os mundos, e, sob seu nivelamento possante, todas as almas se curvam na vida futura, todas as resistências, todas as rebeliões se quebram.

Da idéia superior de justiça decorrem então a igualdade, a solidariedade e a responsabilidade dos seres. Estes princípios se unem e se fundem em um todo, em uma lei única que domina e rege o universo : o progresso na liberdade. Esta harmonia, esta coordenação possante das leis e das coisas não dá uma idéia de alguma forma maior e consoladora da vida e dos destinos humanos, do que as concepções negativistas ? Nesta imensidade onde a equidade aparece até nos mínimos detalhes, onde nenhum ato útil fica sem proveito, nenhuma falta sem castigo, nenhum sofrimento sem compensação, o ser sente-se religado a tudo que vive. Trabalhando para si mesmo e por todos, desenvolve livremente suas forças, vê aumentar sua luz, crescer sua felicidade.

Não se compara estas visões às dos frios materialistas, a este universo assustador onde seres se agitam, sofrem e passam, sem laços, sem propósitos, sem esperança, percorrendo suas vidas efêmeras como pálidas sombras saídas do nada para recaírem na noite e silêncio eternos ! Dessas concepções, qual é a mais capaz de sustentar o homem em suas dores, de temperar seu caráter, de transportá-lo para os altos cumes !

Para saber mais :

Após a morte de Léon Denis (cap. XXXIX, Justiça, Solidariedade, Responsabilidade)

O Problema do Ser e do Destino de Léon Denis (cap. XXIII, O problema do mal)

O Problema do Ser e do Destino de Léon Denis (cap. XXIV, Lei dos destinos)

O Céu e o Inferno Allan Kardec (2ª parte, cap. VIII, Expiacões terrestres)

Provas e suicídio

Desde que se admita Deus, não podemos concebê-LO sem a infinidade das perfeições ; Ele deve ser todo poderoso, todo justiça, todo bondade, sem isso não seria Deus. Se Deus é soberanamente bom e justo, não pode agir por capricho nem com parcialidade. As vicissitudes da vida têm uma causa, e desde que Deus é justo, esta causa deve ser justa. Eis do que cada um deve bem se compenetrar. Deus colocou os homens sobre o caminho dessa causa pelos ensinamentos de Jesus, e hoje, julgando-os bastante maduros para a compreender, Ele lhes revelou tudo por inteiro pelo Espiritismo, isto é pela voz dos Espíritos.

O homem sobre a terra, e colocado sob a influência das idéias carnis, vê nessa provas apenas o lado penoso ; mas na vida espiritual, compara essas gozos fugidios e grosseiros com a felicidade inalterável que ele entrevê, e então vê que foram apenas sofrimentos passageiros. O Espírito pôde então escolher a prova mais rude, e por conseqüência a existência mais penosa na esperança de chegar mais rápido a um estado

melhor, como na doença escolheria freqüentemente o remédio mais desagradável para se curar mais cedo. Aquele que quer ligar seu nome à descoberta de um país desconhecido não escolhe uma rota florida ; sabe dos perigos que corre, mas sabe também a glória que o espera se for bem sucedido.

A doutrina da liberdade de escolha de nossas existências e das provas que devemos suportar cessa de parecer extraordinária se consideramos que os Espíritos, livres da matéria, apreciam as coisas de uma maneira diferente do que o fazemos nós mesmos. Eles se apercebem do objetivo, de maneira bem mais séria para eles do que dos gozos do mundo ; após cada existência, vêm o que fizeram no passado, e compreendem o que ainda lhes falta atingir em pureza : eis porque se submetem voluntariamente à todas as vicissitudes da vida corporal procurando, por eles mesmos, aquelas que podem fazê-los lá chegar mais prontamente. É porisso justamente que nos admiramos de não ver o Espírito dar preferência a uma existência mais doce. Ele não poderia gozar, em seu estado de imperfeição, uma vida isenta de amarguras ; mas a entrevê, e é para aí chegar que procura se melhorar.

As vicissitudes da vida são de dois tipos, ou, se o quisermos, têm duas fontes bem diferentes que é importante distigüir ; umas têm sua causa na vida presente, as outras fora desta vida. Assim, se ele é mau, então o homem está no primeiro caso onde a causa está nesta vida, se a causa está na outra vida é, aparentemente pelo menos, completamente estranha, e parece atingí-lo como por fatalidade. Tal é, por exemplo, a perda de entes queridos, e dos que sustentam a família ; tais são ainda os acidentes que nenhuma previsão poderia impedir ; os reveses da sorte que frustam todas as medidas de prudência ; as calamidades naturais ; as enfermidades de nascença, aquelas sobretudo que suprimem aos desditosos os meios de ganhar sua vida pelo trabalho : as deformidades, a idiotice, o cretinismo, etc.

Aqueles que nascem em semelhantes condições certamente não fizeram nada nesta vida para merecer tão triste sorte, sem compensação, sem que a pudessem evitar, impotentes de a mudar por eles mesmos, e que os coloca à mercê da comiseração pública. Por que então estes seres tão desgraçados, enquanto que a seu lado, sob o mesmo teto, na mesma família, outros são favorecidos sob todos os aspectos ?

Que dizer enfim das crianças que morrem em tenra idade e tendo conhecido da vida apenas os sofrimentos? Problemas que nenhum filósofo pode ainda resolver, anomalias que nenhuma religião pode justificar, e que seriam a negação da bondade, da justiça e da providência de Deus, na hipótese de que a alma fosse criada ao mesmo tempo que o corpo, e que sua sorte estivesse irrevogavelmente fixada após uma residência de alguns instantes sobre a terra. Que fizeram eles, essas almas que acabam de sair das mãos do Criador, para sofrer tanta miséria aqui em baixo, e merecer no porvir uma recompensa ou uma punição qualquer, enquanto ainda não puderam fazer nem bem nem mal ?

Entretanto, não é necessário crer que todo sofrimento suportado aqui em baixo seja necessariamente indicação de uma falta determinada ; são, freqüentemente, simples provas escolhidas para acabar sua depuração e acelerar seu adiantamento. Assim a expiação serve sempre de prova, mas a prova não é sempre uma expiação ; mas, provas e expiações, são sempre sinais de uma inferioridade relativa, porque aquele que é perfeito não tem necessidade de ser provado. Um Espírito pode então ter adquirido um certo grau de elevação, mas, querendo avançar ainda, solicita uma missão, uma tarefa a cumprir, da qual, se sair vitorioso, será tanto mais recompensado quanto mais penosa a luta tenha sido. Tais são especialmente essas pessoas com instintos naturais bons, de alma elevada, de nobres sentimentos natos que parecem não ter trazido nada de mau de sua existência

precedente, e que suportam com uma resignação toda cristã as maiores dores, pedindo a Deus que as suportem sem murmurar. Ao contrário, pode-se considerar como expiações as aflições que excitam murmurações e impelem o homem à revolta contra Deus.

O suicida

Pode-se ler na questão 957 de O Livro dos Espíritos : « Quais são, em geral, as conseqüências do suicídio para o estado do Espírito ? »

« As conseqüências do suicídio são muito diversas ; não há penas fixadas, e em todos os casos são sempre relativas às causas que a ele conduziram ; mas uma conseqüência à qual o suicida não pode escapar, é o desapontamento. De resto, a sorte não é a mesma para todos : depende das circunstâncias ; alguns expiam sua falta imediatamente, outros em uma nova existência que será pior que aquela da qual interromperam o curso. »

A observação mostra, com efeito, que a situação dos suicidas não é sempre a mesma ; mas há as que são comuns a todos os casos de morte violenta, e que são conseqüência da interrupção brusca da vida. Isso porque, antes de tudo, existe a persistência mais prolongada e mais tenaz do laço que une o Espírito ao corpo, laço esse que está quase sempre com toda sua força no momento em que foi quebrado, enquanto que na morte natural ele se enfraquece gradualmente, e freqüentemente é desatado antes que a vida seja completamente extinta. As conseqüências desse estado de coisas são o prolongamento da perturbação espiritual seguido depois da ilusão que, durante um tempo mais ou menos longo, faz crer ao Espírito que ele ainda está entre o número dos vivos.

A afinidade que persiste entre o Espírito e o corpo produz, em alguns suicidas, uma espécie de repercussão do estado do corpo sobre o Espírito que assim se ressent, malgrado os efeitos da decomposição, e passa por uma plena sensação de angústia e de horror, estado esse que pode persistir por um longo tempo e que pode ter a duração do restante da vida que eles acabaram de interromper. Esse efeito não é geral ; mas em alguns casos de suicídio o Espírito não é libertado das conseqüências de sua falta de coragem, e cedo ou tarde expia seu erro de uma maneira ou de outra. É assim que certos Espíritos, que tinham sido muito infelizes sobre a terra, disseram ter sido suicidas em sua existência precedente, e terem sido voluntariamente submetidos a novas provas para tentar suportá-las com mais resignação. Entre alguns é uma espécie de apego à matéria do qual procuram em vão se desembaraçar para se elevar para mundos melhores, mas cujo acesso lhes está interdito ; entre a maior parte está o pesar de haver feito uma coisa inútil, pois disso provaram apenas a decepção.

A religião, a moral e todas as filosofias condenam o suicídio como contrário à lei da natureza ; todos nos dizem em princípio que não se tem o direito de voluntariamente abreviar sua própria vida. Mas por que não se tem esse direito ? Por que não se é livre de dar um termo a seus sofrimentos ? Estava reservado ao Espiritismo demonstrar, pelo exemplo daqueles que sucumbiram, que esse ato não seria somente uma falta, uma infração a uma lei moral, consideração de pouco peso para certos indivíduos, mas sim um ato estúpido, já que nada se ganha, longe disso, muito mais se perde ; isso não é a teoria que nos ensina, são os fatos que são colocados sob os nossos olhos.

Vale anotar : _

- As vicissitudes da vida têm uma causa justa, que pode estar seja na vida presente, seja nas existências passadas.

Para saber mais :

O Livro dos Espíritos Allan Kardec (2ª parte, cap. VI, Escolha das provas)

O Evangelho Segundo o Espiritismo Allan Kardec (cap. V, Bem-aventurados os aflitos)

O suicida de Roger Perez (fascículo)

O Livro dos Espíritos Allan Kardec (4ª parte, cap. I, Suicida)

O Céu e o Inferno Allan Kardec (2ª parte, cap. V, Suicidas)

Este e outros fascículos do curso estão disponíveis, gratuitamente, no endereço:

<http://home.ism.com.br/~pauloaf/curso.htm>